

# PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

---

*Comissão do Desenvolvimento Regional*

**2008/2174(INI)**

14.11.2008

## **PROJECTO DE RELATÓRIO**

sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e o estado do debate  
sobre a futura reforma da política de coesão  
(2008/2174(INI))

Comissão do Desenvolvimento Regional

Relator: Lambert van Nistelrooij

PR\_INI

## ÍNDICE

	<b>Página</b>
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU.....	3
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	9

PE415.290v01-00

Tradução extrena

2/14

PR\752980PT.doc

**PT**

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

### sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia e o estado do debate sobre a futura reforma da política de coesão (2008/2174(INI))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta o Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social - Regiões em crescimento, Europa em crescimento (COM(2008)0371),
  - Tendo em conta o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia - Tirar Partido da Diversidade Territorial (COM(2008)0616),
  - Tendo em conta os artigos 158.º e 159.º do Tratado CE,
  - Tendo em conta o Quarto Relatório sobre a Coesão Económica e Social (COM(2007)0273),
  - Tendo em conta a Agenda Territorial da UE e a Carta de Leipzig sobre Cidades Europeias Sustentáveis, bem como o Programa de Acção para a Implementação da Agenda Territorial da União Europeia,
  - Tendo em conta as suas resoluções de 21 de Fevereiro de 2008 sobre o quarto relatório sobre a coesão económica e social<sup>1</sup> e sobre o seguimento da Agenda Territorial e da Carta de Leipzig - Para um programa de acção europeu de desenvolvimento do espaço e coesão territorial<sup>2</sup> e a sua resolução de 21 de Outubro de 2008 sobre a governação e a parceria<sup>3</sup>,
  - Tendo em conta o relatório do Observatório em Rede do Ordenamento do Território Europeu (OROTE) intitulado "*Territorial Futures – Spatial scenarios for Europe*" (Futuros territoriais - cenários espaciais para a Europa) e o estudo do Parlamento Europeu intitulado "*Regional disparities and Cohesion: what Strategies for the Future?*" (Disparidades regionais e coesão: que estratégias para o futuro?),
  - Tendo em conta as conclusões da Conferência sobre coesão territorial e o futuro da política de coesão, realizada em Paris em 30-31 de Outubro de 2008,
  - Tendo em conta o artigo 45.º do seu Regimento,
  - Tendo em conta o relatório da Comissão do Desenvolvimento Regional (A6-0000/2007),
- A. Considerando que o Tratado de Lisboa, que consagra a coesão territorial, a par da coesão económica e social, entre os objectivos fundamentais da União, não foi ainda ratificado por todos os Estados-Membros da UE,

<sup>1</sup> Textos aprovados, P6\_TA(2008)0068.

<sup>2</sup> Textos aprovados, P6\_TA(2008)0069.

<sup>3</sup> Textos aprovados, P6\_TA(2008)0492.

- B. Considerando que o conceito de coesão territorial esteve sempre implícito na política da coesão desde a sua concepção e esteve no cerne do seu desenvolvimento; considerando que o Tratado de Lisboa e o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia conseguiram conferir mais visibilidade e explicitar melhor este conceito,
- C. Considerando que a política de coesão foi já bem sucedida no que respeita à criação de sinergias importantes com outras políticas comunitárias, para lhes conferir mais impacto no terreno, em benefício dos cidadãos europeus; considerando que as sinergias estabelecidas entre a política de coesão e a investigação e inovação ou a Estratégia de Lisboa são histórias de sucesso que produziram resultados tangíveis,

### **Estado do debate sobre a futura reforma da política de coesão da UE**

1. Subscrive as principais conclusões da consulta pública sobre o futuro da política de coesão da UE, tal como foram apresentadas no Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social; congratula-se com o grande interesse atribuído a este debate por diferentes intervenientes no domínio da política social;
2. Observa com agrado que estas conclusões correspondem em grande medida às posições expressas na sua resolução de 21 de Fevereiro de 2008; recorda que esta resolução constituiu o primeiro contributo do Parlamento para o debate público;
3. Assinala que, na referida resolução de 21 de Fevereiro de 2008, defendeu as posições seguintes: a rejeição de tentativas de renacionalização desta política e o empenhamento numa política comunitária única, que seja igualmente capaz de responder a desafios como a globalização, as alterações climáticas, as mudanças demográficas, os fluxos migratórios, a eficiência energética, a firme convicção de que esta política deve abranger todas as regiões da UE, constituindo uma mais-valia para todos os cidadãos, a necessidade de definir prioridades para a despesa da UE com políticas e acções estruturais e de proceder a uma avaliação do sistema de afectação de dotações, bem como a necessidade de sinergias no terreno e de uma abordagem integrada entre as diferentes políticas sectoriais, a fim de se alcançar um resultado óptimo para o crescimento e o desenvolvimento no terreno;
4. Entende que a coesão territorial está no cerne do desenvolvimento da política de coesão da UE; considera, portanto, que o debate sobre o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia está directamente ligado à reforma futura da política regional da UE;

### **Avaliação do Livro Verde sobre a Coesão Territorial**

5. Congratula-se vivamente com a adopção do Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia pela Comissão Europeia, que dá resposta a uma aspiração antiga do Parlamento Europeu; subscrive totalmente a decisão de avançar com a análise da "coesão territorial", que está há muito no cerne do debate sobre política regional, apesar de o Tratado de Lisboa não ter sido ainda ratificado;

6. Considera que o Livro Verde não é suficientemente ambicioso, na medida em que não propõe uma definição clara de coesão territorial e que, portanto, não presta um contributo significativo para a compreensão deste novo conceito; lamenta também que o Livro Verde não explique como é que a coesão territorial será integrada no quadro actual da política de coesão e como é que se tornará operacional no próximo período de programação;
7. Congratula-se com a análise efectuada no Livro Verde definindo três conceitos-chave que devem estar no cerne do desenvolvimento da coesão territorial: concentração, interligação e cooperação; considera que estes conceitos podem proporcionar soluções para alguns obstáculos fundamentais que dificultam o desenvolvimento harmonioso da União, tais como os efeitos negativos associados à concentração da actividade económica, as desigualdades em termos de acesso aos mercados e serviços resultantes da distância e as divisões impostas pelas fronteiras entre os Estados-Membros, mas também entre as regiões;
8. Congratula-se com o lançamento da consulta pública sobre coesão territorial solicitada no Livro Verde; considera que o êxito de qualquer consulta pública está directamente ligado a uma participação tão vasta quanto possível dos diferentes interessados e da sociedade civil neste debate; convida as autoridades nacionais e locais competentes a divulgarem sem demora as informações relevantes, a fim de promoverem a sensibilização para este novo conceito;
9. Considera que a coordenação de todas as políticas comunitárias sectoriais com um impacto territorial forte é essencial para o desenvolvimento da coesão territorial; lamenta, portanto, que a análise relevante do Livro Verde se limite a enumerar essas políticas, sem sugerir formas de melhorar as sinergias entre elas ou inclusive métodos de avaliação efectiva do impacto territorial dessas políticas;
10. Concorde com a abordagem de não incluir no Livro Verde e no debate público referências às possíveis implicações orçamentais e financeiras da coesão territorial; considera que essa análise seria prematura enquanto o conceito propriamente dito não for claramente definido e compreendido por todas as partes interessadas; sugere que essas considerações sejam abordadas no âmbito das novas perspectivas financeiras;

#### **Análise do conceito de coesão territorial**

11. Subscreeve a posição do Livro Verde no sentido de que a coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de territórios com características e especificidades diferentes e assegurar que os seus cidadãos tirem o máximo partido das características inerentes aos diferentes territórios; assinala que a coesão territorial é um conceito horizontal, que está na base do desenvolvimento da União como um todo, convertendo a diferença em vantagem em todas as suas regiões; está convicto de que a coesão territorial contribuirá para evitar a perspectiva de uma União assimétrica;
12. Considera que a coesão territorial é um conceito distinto, que deve representar uma mais-valia tangível para a coesão económica e social; sublinha que as três vertentes da

coesão (económica, social e territorial) devem ser complementares e reforçar-se mutuamente, mantendo, todavia, a missão específica de cada uma num conceito integrado único; considera, por conseguinte, que estes objectivos não devem ser hierarquizados;

13. Congratula-se com as conclusões da investigação do OROTE sobre cenários de desenvolvimento futuro do território europeu até 2030, que contribuem com dados tangíveis de apoio ao debate político sobre a configuração da UE e das políticas nacionais, de modo a criar os instrumentos adequados para evitar a polarização e o despovoamento de territórios da UE e a criar condições óptimas em termos de qualidade de vida dos seus cidadãos;
14. Salieta que um dos principais objectivos da coesão territorial consiste em assegurar que os progressos e o crescimento alcançados num território específico beneficiem toda a região e todo o território da UE; neste contexto, considera que os centros de excelência e os agrupamentos de investigação e inovação são essenciais para o êxito económico, a descoberta científica, a inovação tecnológica e o emprego e que deve ser fomentada uma maior interacção e transferência de conhecimentos entre esses centros e as regiões em que se inserem;
15. Salieta a contribuição crucial do mercado único para a coesão económica, social e territorial; sublinha a importância dos serviços públicos para o desenvolvimento económico e social sustentável, bem como a necessidade de um acesso equitativo, do ponto de vista social e regional, aos serviços de interesse geral; é de opinião que, à luz do princípio da subsidiariedade e do direito da concorrência da UE, a responsabilidade pela definição, a organização, o financiamento e a monitorização dos serviços de interesse geral deve competir às autoridades nacionais, regionais e locais; considera, porém, que deve ser incluída no debate sobre a coesão territorial uma reflexão sobre o acesso equitativo dos cidadãos aos serviços;
16. Toma nota de que o Livro Verde reconhece as dificuldades particulares em termos de desenvolvimento com que se confrontam regiões com características geográficas específicas como as regiões de montanha, as regiões insulares e as regiões de fraca densidade populacional; observa também que as regiões fronteiriças se defrontam com problemas políticos específicos em termos de acessibilidade, qualidade e eficiência; rejeita o ponto de vista de que a coesão territorial deve ser uma política dedicada exclusivamente à resolução dos problemas dessas regiões; considera, porém, que deve ser dada especial atenção ao desenvolvimento dessas regiões, para compensar as suas desvantagens e permitir que contribuam eficazmente para o desenvolvimento harmonioso de toda a União;
17. Considera que a coesão territorial não deve limitar-se aos efeitos da política regional da UE para o território europeu, mas que deve ter também em conta a dimensão territorial de outras políticas sectoriais comunitárias com um impacto territorial forte; sublinha, no contexto da coesão territorial, a importância de melhorar as sinergias entre as diferentes políticas comunitárias, a fim de coordenar e maximizar o seu impacto territorial no terreno; observa, porém, que todas as políticas comunitárias manterão sempre a sua autonomia e que este processo não implica a subordinação de uma política a outra;

PE415.290v01-00

Tradução extrena

6/14

PR\752980PT.doc

## **Recomendações para o futuro da coesão territorial**

18. Espera que da consulta pública resulte uma definição clara de coesão territorial, aceite, partilhada e compreendida por todos os intervenientes neste domínio; considera que esta definição proporcionará clareza e transparência e que deverá centrar-se na mais-valia que a coesão territorial poderá conferir ao quadro tradicional da política de coesão;
19. Insta fortemente a Comissão a avançar para a publicação de um Livro Branco sobre a Coesão Territorial, no termo deste processo de consulta; considera que um Livro Branco contribuirá para consolidar o conceito de coesão territorial e para propor as disposições e acções políticas concretas que deverão ser introduzidas no pacote legislativo relativo aos Fundos Estruturais para o período de programação posterior a 2013;
20. Espera que os três conceitos da concentração, interligação e cooperação em que se baseou a análise da coesão territorial efectuada no Livro Verde sejam desenvolvidos e traduzidos em opções políticas concretas; exorta a Comissão a explicar como é que estes conceitos serão integrados no quadro legislativo para o período posterior a 2013;
21. Apela a um reforço significativo do objectivo da cooperação territorial europeia no próximo período de programação; está convicto da mais-valia europeia deste objectivo, que se deve entre outras razões à participação directa das autoridades regionais e locais na elaboração e na execução dos programas de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional; neste contexto, destaca a importância da dimensão transfronteiriça e dos programas operacionais pertinentes da Política Europeia de Vizinhança;
22. É de opinião que a coesão territorial deve ser interpretada como um conceito horizontal subjacente a todas as políticas e acções comunitárias; considera que a evolução do princípio do desenvolvimento sustentável e da protecção do ambiente pode constituir um exemplo para a integração da coesão territorial na concepção futura de todas as políticas comunitárias relevantes;
23. Saliencia a necessidade de definir, no contexto da coesão territorial, indicadores qualitativos suplementares, com o objectivo de melhorar a concepção e a execução das políticas correspondentes no terreno, tendo em conta as diferentes especificidades territoriais; sublinha, porém, que o PIB continua a ser o único critério de elegibilidade para receber o apoio dos Fundos Estruturais;
24. Entende que, para que seja possível coordenar melhor o impacto territorial das políticas sectoriais comunitárias, será necessário compreender e avaliar melhor esses impactos; exorta, portanto, a Comissão a efectuar uma avaliação do impacto territorial dessas políticas; espera que a Comissão proponha também processos concretos de criação de sinergias entre as políticas territoriais e sectoriais;
25. Reitera o seu pedido anterior no sentido de que seja concebida uma estratégia global da UE para as regiões com características geográficas específicas, que lhes permita dar mais facilmente resposta aos problemas e dificuldades com que se confrontam; entende que

qualquer estratégia da UE deve abordar também a questão da adaptação das políticas comunitárias às necessidades e vantagens específicas desses territórios;

26. Sublinha, porém, que a definição de indicadores suplementares e a realização de avaliações territoriais não devem estar na origem de mais burocracia ou de mais atrasos na aplicação de novas políticas e acções de apoio à coesão territorial; salienta a necessidade de obter resultados directos, através da integração da coesão territorial no próximo conjunto de programas dos Fundos Estruturais;
27. Exorta os Estados-Membros a intensificarem os seus esforços no domínio da realização dos objectivos da linha de acção 4 do Primeiro Programa de Acção para a Implementação da Agenda Territorial da União Europeia, criando conhecimentos sobre coesão territorial e ordenamento sustentável do território, definindo perspectivas e analisando impactos, e reconhece o papel central desempenhado pelo OROTE neste processo;
28. Observa, com grande interesse, que, no Quinto Relatório Intercalar, se faz uma referência específica às "regiões de transição", situadas entre as "regiões de convergência" e as "regiões de competitividade e emprego"; reconhece a necessidade de conferir um tratamento distinto a essas regiões que agora estão distribuídas entre os dois objectivos como regiões "a entrar" ou "a sair" dos mesmos; convida a Comissão, no contexto da coesão territorial, a criar um sistema mais abrangente de apoio transitório gradual às regiões que dentro em breve estarão acima do limiar de 75% do PIB, conferindo-lhes um estatuto mais claro e mais segurança para o seu desenvolvimento;
29. Considera que a adopção de uma abordagem integrada terá mais probabilidades de êxito se as autoridades regionais e locais, bem como os agentes que podem proporcionar uma visão e um conhecimento geral das necessidades e especificidades de um dado território, participarem desde o início na concepção e na execução das estratégias de desenvolvimento de cada um desses territórios;
30. Reconhece que a coesão territorial introduz algumas ideias novas em matéria de melhoria da governação da política de coesão; concorda com a opinião de que a escalas territoriais diferentes correspondem problemas diferentes e que, portanto, o estabelecimento de verdadeiras parcerias entre todos os intervenientes no desenvolvimento regional e local, a diferentes níveis, constitui condição prévia do processo de concepção da coesão territorial, convidando assim a Comissão e os Estados-Membros a desenvolverem todos os esforços possíveis para criarem essa governação territorial a vários níveis; considera que a coesão territorial exige a identificação do nível territorial adequado a que deve ser abordada cada uma das políticas ou medidas;
31. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão.

## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente relatório de iniciativa procura dar resposta ao Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia, incluindo também algumas considerações de carácter geral sobre o estado do debate sobre a futura política de coesão da UE, tal como é apresentado no Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social. O relatório faz uma análise do Livro Verde e avança algumas ideias iniciais em resposta a este importante documento político. A Comissão do Desenvolvimento Regional entende que é importante que o Parlamento Europeu adopte uma posição clara não só sobre a concepção e o papel da coesão territorial, mas também sobre o futuro da política regional comunitária.

### Antecedentes

No seu relatório de iniciativa sobre o papel da coesão territorial no desenvolvimento regional (relator: Ambroise Guellec), aprovado em sessão plenária em 28 de Setembro de 2005, o Parlamento Europeu instava a Comissão Europeia a proceder sem demora à elaboração de um Livro Branco sobre a coesão territorial. Nessa altura, tal constituía uma clara indicação por parte do Parlamento Europeu de que o conceito de "coesão territorial" seria decisivo para o futuro desenvolvimento da política regional da UE. Por esse motivo, era necessário defini-lo convenientemente. A inclusão da coesão "territorial" a par da "económica e social" no Tratado de Lisboa (artigo 3.º e artigo 174.º do Tratado UE) veio consolidar ainda mais este conceito que, não obstante, permaneceu pouco claro no que respeita à sua definição, métodos e abordagem.

Mas o debate geral sobre a coesão territorial já havia sido iniciado na década de 1990. Em 1999, o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC) deu início a um processo que conduziu à adopção, em 2007, da Agenda Territorial da União Europeia pelos ministros comunitários responsáveis pelo ordenamento do território e pelo desenvolvimento urbano. Estes documentos políticos atribuíram grande importância ao papel da coesão territorial para assegurar um desenvolvimento harmonioso e sustentável na União. O Parlamento Europeu respondeu positivamente a esta abordagem no seu relatório sobre o seguimento da Agenda Territorial e da Carta de Leipzig (relatora: Gisela Kallenbach), reiterando o seu pedido de uma clara definição de coesão territorial no Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia.

### Estado do debate sobre o futuro da política de coesão

Os resultados da consulta pública sobre o futuro da política de coesão da UE são apresentados no Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social. Este relatório intercalar é composto por duas partes. O Parlamento pode subscrever as principais conclusões do processo de consulta (que recebeu mais de 100 contribuições), que correspondem perfeitamente às posições adoptadas no relatório do Parlamento Europeu sobre o quarto relatório sobre a coesão económica e social (relator: Ambroise Guellec) e que incluem a rejeição de tentativas de renacionalização desta política e o empenhamento numa política

comunitária única, que seja igualmente capaz de responder a desafios como a globalização, as alterações climáticas e as mudanças demográficas. O relatório expressa ainda a firme convicção de que esta política deve abranger todas as regiões da UE constituindo uma mais-valia para todos os cidadãos e não apenas para as regiões de convergência mais pobres. O relatório sublinha ainda a necessidade de sinergias no terreno e de uma abordagem integrada entre as diferentes políticas sectoriais, a fim de se alcançar um resultado óptimo para o crescimento e o desenvolvimento no terreno.

### **Conteúdo do Livro Verde da Comissão**

A Comissão Europeia adoptou finalmente, em 6 de Outubro de 2008, o Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia, com o título "Tirar Partido da Diversidade Territorial". O documento não fornece uma definição de "coesão territorial"; em contrapartida, lança uma ampla consulta com autoridades regionais e locais, associações, ONG e a sociedade civil, a fim de aprofundar a percepção comum deste novo conceito e as suas implicações para a futura política regional comunitária. Para o efeito, fornece uma lista de perguntas concretas, que cobrem diversos aspectos, incluindo a definição. A consulta pública decorre até ao final de Fevereiro de 2009.

De acordo com o Livro Verde, a coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos os territórios da UE e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. O Livro Verde sugere que a diversidade deve ser convertida num recurso e numa vantagem competitiva que contribua para o desenvolvimento sustentável de toda a UE. O principal desafio consiste, portanto, em ajudar os territórios a utilizarem melhor os seus recursos. Para o efeito, o Livro Verde reconhece que, muitas vezes, as soluções efectivas requerem uma abordagem e cooperação integradas entre as várias autoridades e todos os envolvidos. O Livro Verde faz ainda uma referência especial à necessidade de melhorar a governação da política de coesão, tornando-a mais flexível e mais capaz de se adaptar à escala territorial mais adequada.

O documento presta especial atenção à necessidade de garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento rural, sugerindo meios para evitar o despovoamento rural e a expansão urbana. O documento desenvolve três conceitos-chave, com base nos quais devem ser desenvolvidas acções políticas específicas: concentração, interligação e cooperação:

- ❖ A **concentração** tem vantagens, como uma maior produtividade e criatividade, mas também tem efeitos negativos, especialmente em termos de custos ambientais, congestionamento, preços dos terrenos e exclusão social. Deste modo, o objectivo da coesão social consiste em consolidar as vantagens da concentração, evitando as concentrações excessivas de crescimento e facilitando o acesso à partilha dos benefícios proporcionados pelas aglomerações existentes em todos os territórios.
- ❖ A **interligação** sublinha a necessidade de avançar no sentido de uma Europa integrada, que ofereça um acesso rápido e eficiente aos mercados, serviços e pessoas. Isto inclui os transportes, mas também as infra-estruturas subjacentes ao funcionamento efectivo do mercado único, como as que garantem o acesso à saúde e à

educação, à Internet de banda larga ou às redes de energia. Presentemente, estas interligações estão ainda mal distribuídas na União.

- ❖ **A cooperação** sempre foi um importante pilar da política de coesão. O Livro Verde argumenta que é necessário ir mais longe neste domínio, a fim de solucionar problemas que são transfronteiriços por natureza e que vão das deslocações diárias ao ambiente. Esta cooperação deve processar-se a muitos níveis e implicar novos parceiros.

A Comissão reconhece igualmente as dificuldades particulares de desenvolvimento enfrentadas por três tipos de regiões com características geográficas específicas (regiões montanhosas, regiões insulares e regiões de fraca densidade populacional) e considera a possibilidade de serem necessárias medidas políticas específicas para compensar os respectivos problemas. Por último, a Comissão destaca uma série de políticas sectoriais comunitárias com forte impacto territorial (nomeadamente transportes, energia, primeiro pilar da PAC, emprego e ambiente), sublinhando a importância da criação de sinergias entre estas políticas.

### **Observações de carácter geral do relator**

#### *A. O LIVRO VERDE*

- Adopção de um Livro Verde: o relator congratula-se com a adopção do Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia, na medida em que este dá resposta a uma aspiração antiga do Parlamento Europeu. Apesar de o Tratado de Lisboa ainda não ter sido ratificado e de, por conseguinte, a "coesão territorial" não ter presentemente uma base formal no Tratado, o Livro Verde faculta uma primeira análise deste conceito que será uma prioridade essencial da União, a par da coesão económica e social.
- Definição: este Livro Verde é, contudo, pouco ambicioso, na medida em que, contrariamente ao que se previa, não propõe uma definição concreta deste novo conceito. Concretamente, isto implica uma maior demora até que a noção de "coesão territorial" esteja operacional. Importa sublinhar que o Parlamento Europeu espera que da consulta pública resulte uma clara definição de coesão territorial, aceite, partilhada e compreendida por todos os intervenientes no domínio da política regional.
- Consulta pública: nesse sentido, o relator congratula-se com o lançamento de uma consulta pública sobre coesão territorial. O êxito deste processo está directamente ligado a uma participação tão vasta quanto possível dos diferentes interessados e da sociedade civil neste debate. Os deputados do Parlamento Europeu devem contribuir efectivamente para a promoção do Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia junto dos cidadãos europeus.
- Na pendência da publicação de um Livro Branco: o Parlamento Europeu deve exigir com firmeza a publicação de um Livro Branco sobre a Coesão Territorial após o termo do processo de consulta. O relator considera que a publicação de um Livro Branco apenas pode abrir caminho a que a "coesão territorial" se traduza em disposições concretas, que devem ser introduzidas no próximo pacote legislativo relativo aos Fundos Estruturais para o período de programação posterior a 2013.

- Aspectos financeiros: o relator concorda com a exclusão de todas as referências às implicações orçamentais e financeiras da coesão territorial do presente debate. É preferível confinar a nossa análise aos aspectos políticos deste novo objectivo e reflectir numa fase ulterior sobre se, de que forma ou em que medida este novo conceito poderá afectar o orçamento da UE no período posterior a 2013.

## *B. O CONCEITO DE COESÃO TERRITORIAL*

Analisar o novo conceito: O relator considera que a coesão territorial é um conceito distinto que deve representar uma mais-valia tangível para a coesão económica e social. As três vertentes da coesão (económica, social e territorial) devem ser complementares e reforçar-se mutuamente, mantendo, todavia, a sua missão específica num conceito integrado único. Estes objectivos não devem, por conseguinte, ser hierarquizados. O actual debate deve não só procurar determinar a mais-valia da coesão territorial e os benefícios concretos que os cidadãos europeus deverão obter da sua implementação no terreno, mas também considerar a forma como este conceito será integrado na futura política regional comunitária.

Rejeitar a perspectiva de uma Europa assimétrica: o relator considera que o desenvolvimento harmonioso da União contribuirá efectivamente para aumentar a vantagem competitiva da economia comunitária. Por conseguinte, a coesão territorial apenas pode ser interpretada como um conceito horizontal subjacente ao desenvolvimento da União como um todo. O desafio consiste em encontrar os instrumentos que mais eficazmente permitam realizar este objectivo. Neste contexto, assumem especial relevância os trabalhos do Observatório em Rede do Ordenamento do Território Europeu (OROTE), que procuram apresentar as implicações de diferentes modelos de desenvolvimento para o desenvolvimento territorial da UE.

Transferir benefícios no interior da União: Esta ideia é particularmente importante no que respeita à criação em toda a União de centros de excelência, essenciais para o êxito económico, a descoberta científica, a inovação tecnológica e o emprego. É importante fomentar uma maior interacção e transferência de conhecimentos entre os centros e agrupamentos de investigação e de inovação e as regiões em que estes se inserem. Esses centros de prosperidade devem gerar benefícios que, para maximizar o efeito dos investimentos realizados, devem ser distribuídos equitativamente pelo território da UE.

Tirar o máximo partido das potencialidades de cada região: não existe um modelo único de desenvolvimento que possa ser aplicado com o mesmo êxito a todas as regiões da União Europeia. Na realidade, a diversidade da União é a sua força. É importante determinar os pontos fortes de cada região da Europa e explorar esses pontos fortes para reforçar a sua competitividade e garantir o crescimento e a prosperidade. Neste contexto, o relator considera muito importante a contribuição do anterior Primeiro-Ministro finlandês, Esko Aho, num artigo que publicou recentemente no *Financial Times* (de 16 de Julho de 2008). Nesse artigo, Esko Aho afirma que a União Europeia deve conferir prioridade à criação de centros do tipo de Silicon Valley na União. É fundamental concentrar os recursos em alguns agrupamentos já existentes, em vez de dispersar dinheiro um pouco por todo o lado com poucas possibilidades de êxito. Por outras palavras, nem todas as regiões têm potencialidades ou recursos para se

tornarem um centro de excelência; não é este o objectivo que devemos procurar realizar. A UE deve limitar a sua abordagem neste domínio.

Reforçar o objectivo de cooperação territorial europeia: A inegável mais-valia europeia deste objectivo já foi inequivocamente comprovada. A participação directa das autoridades regionais e locais na elaboração e na execução dos programas pertinentes de cooperação transfronteiriça, transnacional e inter-regional dá outro sinal positivo para o futuro desenvolvimento deste objectivo político. Neste contexto, há igualmente que destacar a importância da dimensão transfronteiriça e dos programas operacionais pertinentes da política europeia de vizinhança. Trata-se de uma história de sucesso da política regional da UE e deve ser significativamente reforçada no próximo período de programação.

Regiões com características geográficas específicas: O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia reconhece as dificuldades particulares de desenvolvimento enfrentadas por três tipos de regiões: regiões montanhosas, regiões insulares e regiões de fraca densidade populacional. O Parlamento Europeu há muito que apela à adopção de uma estratégia global que permita a estas regiões compensar as suas graves e permanentes desvantagens naturais e demográficas. Em consequência, deve ser prestada especial atenção ao desenvolvimento dessas regiões, a fim de garantir, justamente, o desenvolvimento harmonioso da União e a realização da "coesão territorial". Contudo, o relator gostaria de sublinhar que a coesão territorial continua a ser um conceito horizontal aplicável a todas as regiões da UE; não pode ser interpretada como uma nova política para regiões que possuem características geográficas específicas.

Impacto territorial das políticas sectoriais comunitárias: O relator está desapontado pelo facto de a secção pertinente do Livro Verde se limitar a enumerar as políticas comunitárias com forte impacto territorial, sem, contudo, colocar a coesão territorial como um objectivo prioritário ou como uma condição prévia para o desenvolvimento destas políticas. O Parlamento Europeu já defendeu, em diversas ocasiões, a necessidade de uma abordagem integrada de todas as acções e políticas comunitárias no terreno. Em termos políticos, pode argumentar-se que esta ideia responde exactamente à necessidade de coordenar o impacto territorial de todas as políticas sectoriais comunitárias num dado território. Não obstante, impõem-se as seguintes observações: ao colocar a tónica na dimensão territorial de outras políticas sectoriais, o Parlamento Europeu não pretende diminuir a importância e a autonomia da política regional comunitária. Pelo contrário, o objectivo de uma abordagem integrada é justamente o de maximizar o efeito das intervenções estruturais no terreno, em benefício dos cidadãos europeus.

Governança territorial: O Livro Verde considera que uma governança territorial melhorada é crucial para o êxito da futura aplicação da política de coesão. Partindo das conclusões do recém-aprovado relatório do Parlamento Europeu sobre "a governança e a parceria a nível nacional e regional, e como base para projectos, no domínio da política regional" (relator: Jean Marie Beaupuy), o relator irá concentrar-se na necessidade de promover um sistema de governança a vários níveis e de determinar, nas diferentes fases de elaboração e de execução dos programas, o nível territorial em que a intervenção é mais eficaz. Naturalmente, será tida em devida conta a importância da criação de novas parcerias territoriais, que devem ser objecto de todas as análises pertinentes enunciadas no Livro Verde.

Regiões de transição: O relator observa que, no Quinto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social, a Comissão refere especificamente, pela primeira vez, as "regiões de transição", situadas entre as "regiões de convergência" e as "regiões de competitividade e emprego", o que se afigura como uma primeira tentativa para conferir um tratamento distinto a essas regiões que agora estão distribuídas entre os dois objectivos como regiões "a entrar" ou "a sair" dos mesmos. O relator subscreve sem reservas esta abordagem, não só porque a mesma irá clarificar o estatuto destas regiões, mas principalmente porque há que reconhecer a necessidade de conceber e aplicar um sistema mais abrangente de apoio transitório gradual às regiões que dentro em breve estarão acima do limiar de 75% do PIB.

O Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia refere ainda diversas outras questões que devem ser tidas em consideração, tais como o acesso aos serviços de interesse geral ou a criação de indicadores que acompanhem melhor as características e as tendências da coesão territorial. O relatório evidencia a posição do relator em todas estas matérias.

### **Conclusão**

No presente relatório são formuladas algumas considerações sobre as comunicações de referência da Comissão e são dirigidas algumas sugestões à Comissão, aos Estados-Membros e às autoridades regionais e locais, com o objectivo de lançar as bases de uma melhor compreensão do que poderá vir a ser a coesão territorial e das implicações que a integração da dimensão territorial na política de coesão poderá vir a ter para todos os interessados.

Porém, e o que é mais importante, o relatório deverá consolidar a posição a assumir pelo Parlamento Europeu no debate travado a nível europeu sobre coesão territorial, pois este terá grande influência sobre o debate alargado a travar sobre o futuro da política regional e de coesão depois de 2013 e sobre a configuração dos fundos estruturais no próximo período de programação.